



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES E EDUCADORES

Moção

Valorização, já! Um ECD que torne atrativa a profissão.

A profissão docente tem vindo a perder atratividade, principalmente devido à desvalorização da carreira, à depreciação dos salários, ao agravamento das condições de trabalho – em especial do horário de trabalho, no âmbito do qual são cometidos variados abusos e ilegalidades –, e à falta de apoios aos docentes que se encontram deslocados das suas áreas de residência.

A perda de atratividade reflete-se na crescente falta de professores que resulta do abandono de mais de 15 000 profissionais desde 2018 e da pouca procura que têm tido os cursos de formação de docentes. A par destes problemas, regista-se um elevado e crescente número de aposentações, que o aumento de vagas nos cursos de formação inicial está muito longe de compensar.

As medidas que o governo, através do MECI, tem vindo a tomar não constituem uma resposta eficaz, face às necessidades imediatas, como os números, o agravamento do problema e a necessidade de recurso a pessoas sem qualquer requisito habilitacional têm vindo a confirmar.

Entre outras medidas estruturais, a revisão do Estatuto da Carreira Docente poderá contribuir para a reversão do problema, caso dela resulte uma carreira significativamente melhorada e uma profissão valorizada. Contudo, apesar das palavras de responsáveis do MECI, aparentemente reconhecendo a revisão como muito importante e prioritária nas políticas educativas, a realidade tem provado que a prática não corresponde às afirmações: não há um prazo definido para concluir o processo de revisão; aspetos essenciais e que deveriam ser prioritários, como a estrutura da carreira, os índices salariais e a transição entre carreiras, não estão, sequer, previstos no texto que a FENPROF, e bem, recusou subscrever sob a forma de protocolo negocial.

Ademais, os responsáveis do governo, representados na negociação pelo MECI e pela secretaria de Estado da Administração Pública, teimam em reunir, em primeiro lugar, com organizações disponíveis a assinar acordos e protocolos, no sentido de condicionar a negociação de alguns dos aspetos mais importantes para os docentes. Simultaneamente, houve uma tentativa de limitar a intervenção da mais representativa organização sindical de docentes em Portugal, a FENPROF, ignorando os requisitos legais sobre legitimidade para negociar, procurando substituí-los pela assinatura de protocolos feitos à medida dos interesses da tutela, o que, no entanto, não se concretizou.

Na sequência dos mais de 380 plenários e reuniões para discussão da proposta global de ECD a apresentar pela FENPROF ao governo, nos quais participaram mais de 6.000 docentes, os professores e educadores presentes no Plenário Nacional realizado em Lisboa, no dia 7 de março de 2025, manifestam:

- Acordo com a proposta apresentada pela FENPROF e aprovada neste Plenário Nacional;

- Desacordo em relação à dilação temporal do processo de revisão do ECD, considerando que o combate à atual falta de professores – que, de imediato, deverá passar por recuperar quem abandonou –, exige um processo negocial que permita a entrada em vigor do novo estatuto de carreira, revisto e valorizado, no próximo ano letivo;

- Total discordância com eventuais tentativas do governo de eliminar a grelha salarial específica dos docentes, integrando-os na Tabela Remuneratória Única, aplicar o SIADAP como modelo de avaliação, alterar a natureza dos vínculos ou substituir os quadros por mapas de pessoal, manifestando disponibilidade para, se tal acontecer, lutarem firme e determinadamente contra essas intenções;

- Exigência de que este processo de revisão do ECD seja a oportunidade para: revogar as quotas na avaliação; acabar com todo e qualquer constrangimento na progressão, de que as vagas são a concretização atual; eliminar as ultrapassagens na carreira, o que significa contar integralmente o tempo de serviço prestado por cada docente; aprovar um modelo formativo de avaliação; acabar com os abusos e ilegalidades nos horários de trabalho, clarificando o conteúdo das suas diversas componentes; desburocratizar a formação contínua; tratar todos os docentes por igual no que concerne a horários de trabalho e reduções letivas, seja qual for a natureza do seu vínculo laboral; aprovar um regime específico de aposentação;

- Disponibilidade para agir e lutar em defesa das propostas aprovadas no plenário, acompanhando o processo negocial, designadamente participando nos plenários *online* que se realizam após cada reunião no MECI ou nas reuniões de escola e plenários e informar os seus colegas nos agrupamentos e escolas, mobilizando-os, quando necessário, para as ações e lutas que se tornem indispensáveis.

Lisboa, 7 de março de 2025